

Anulação de processos de Lula e suspeição de Moro foram destaque

13/03/2021

Na última segunda-feira (8/3), o país foi surpreendido pela decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, que **reconheceu** que a 13ª Vara Federal de Curitiba, que tinha o então juiz Sergio Moro como titular, é incompetente para processar e julgar o ex-presidente Lula nos casos do triplex do Guarujá (SP), do sítio de Atibaia (SP), e em duas ações envolvendo o Instituto Lula. Com isso, as condenações do petista foram anuladas e ele voltou a ter todos os seus direitos políticos, **podendo disputar eleições**.

Fachin declarou "a nulidade apenas dos atos decisórios praticados nas respectivas ações penais, inclusive os recebimentos das denúncias". Ou seja: encontrou uma forma de manter válidas as quebras de sigilo, interceptações e material resultante de buscas e apreensões — o que a declaração de suspeição de Moro, uma decisão previsível, não possibilitaria. Nos dois processos envolvendo o Instituto Lula ainda não havia sentenças, apenas o recebimento das denúncias.

Na mesma segunda, Fachin **declarou** a perda do objeto do julgamento da 2ª Turma que decide sobre a suspeição de Moro. O ministro Gilmar Mendes decidiu pautar o julgamento de suspeição para o dia seguinte e a maioria dos ministros da turma optou pelo prosseguimento do julgamento.

Os ministros Gilmar e Ricardo Lewandowski **votaram** por reconhecer a parcialidade de Moro. Logo após Gilmar enunciar seu voto, o ministro Nunes Marques, que votaria em seguida, pediu vista. Caberá ao integrante mais novo da corte desempatar o julgamento. Por ora, dois ministros votaram para reconhecer a suspeição de Moro e dois para negar o pedido da defesa de Lula. A ministra Cármen Lúcia, porém, sinalizou querer votar novamente.

Já nesta sexta-feira (12/3), Fachin **submeteu** ao Plenário da corte sua decisão que decretou a incompetência da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Deu cinco dias para a defesa de Lula se manifestar sobre o recurso. Depois disso, o caso será enviado ao presidente do STF, Luiz Fux, a quem caberá incluir o julgamento em pauta.

TV CONJUR

Veja o que foi publicado no nosso **canal no YouTube**

:

Lançamento do Livro — Tratado de Proteção de Dados Pessoais

Riscos de Judicialização na Saúde Suplementar pós-Covid

FRASE DA SEMANA

Conjur



Consultor Jurídico

Fachin declara 13ª Vara Federal Curitiba incompetente para julgar ações de Lula

Gilmar e Lewandowski votam pela suspeição de Moro e Cármen pode mudar

PGR pede que Supremo reconsidere suspensão de ações civis públicas

Com voto de Rosa, Supremo forma maioria contra tese da legítima defesa da honra

Segunda (8/3)

Terça (9/3)

Quarta (10/3)

Quinta (11/3)

Primeira advogada, Myrthes superou obstáculos para trabalhar

Deltan e ONG tentaram criar esquema de candidatos lavajatistas

Legítima defesa da honra remete ao Brasil colonial, diz Alexandre

Relator pode suspender direito de resposta, decide Plenário do STF

"A história recente do Poder Judiciário brasileiro ficará marcada pelo experimento de um projeto populista de poder político, cuja tônica assentava-se na instrumentalização do processo penal, na deturpação dos valores da Justiça e na elevação mítica de um juiz subserviente a um ideal feroz de violência às garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa, da presunção de inocência e, principalmente, da dignidade da pessoa humana. ", ministro Gilmar Mendes em voto no julgamento do pedido de suspeição do ex-juiz Sergio Moro.

ENTREVISTA DA SEMANA



Viviane Girardi
presidente da Aasp

Viviane Girardi se tornou a primeira mulher a ocupar a cadeira de

presidente da Associação de Advogados de São Paulo (Aasp), uma das mais tradicionais entidades de classe do Direito brasileiro.

Em [entrevista](#) exclusiva à **ConJur**, a presidente da associação (que já foi diretora cultural, segunda secretária, primeira secretária e vice-presidente da entidade) fala sobre a grande responsabilidade de cumprir o papel de pioneira, a situação da advocacia brasileira em tempos de "lava jato" e o que será da profissão quando a crise causada pela Covid-19 passar.

"A Aasp tem um papel fundamental. Eu acho que a pandemia reforçou a necessidade do associativismo e a necessidade de os advogados terem uma associação que os represente também", afirmou.

RANKING

Conjur



Fonte: Google Analytics

O texto mais lido da semana, com 91 mil acessos, foi a coluna do

juiz do Trabalho **Otávio Torres Calvet** sobre a [condenação](#) por dano moral coletivo da churrascaria Fogo de Chão.

O segundo lugar do pódio, com 86 mil leituras, informa sobre o [pedido de vista](#) do ministro Gilmar Mendes, em julgamento do mandado de injunção que pede a implementação do programa de Renda Básica da Cidadania, instituído pela [Lei nº 10.835/2004](#) e ainda não regulamentado pelo Poder Executivo.

O ministro Marco Aurélio, relator da matéria, já havia [votado](#) pelo estabelecimento do programa de renda básica e pagamento correspondente ao salário mínimo até a regulamentação do Executivo.

"Quem é espoliado no mínimo existencial, indispensável ao engajamento político e à fruição dos direitos fundamentais à vida, à segurança, ao bem-estar e à própria dignidade, vive em condições subumanas, sendo privado do status de cidadão", destacou o relator em seu voto.

As dez mais lidas

[O "caso MPT x Fogo de Chão": R\\$ 17 milhões por cumprir a lei](#)
[Gilmar Mendes pede vista em julgamento sobre renda básica](#)
[TJ-SP autoriza reabertura de academia na fase vermelha](#)
[Novos diálogos mostram Moro discutindo competência! Ele sabia!](#)
[Fachin anula condenações de Lula e desloca processos para Brasília](#)
[Procuradores dizem: Sim, nós mentimos!](#)
[Por que Eros Roberto Grau tem medo dos juízes?](#)



Mesmo com a decisão de Fachin, STF deve julgar suspeição de Moro
Honorários de sucumbência só são devidos em pedidos improcedentes
Print de conversa pelo WhatsApp Web não é prova válida, reafirma STJ

Manchetes da semana

Hospital pode cobrar diretamente de paciente que teve cobertura negada
Lula desiste de HCs sobre suspeição de desembargadores do TRF-4
Sigilo de informações de programa de repatriação é constitucional
Mulheres em cargos de comando representam um ganho significativo
Petrobras não é obrigada a contratar pela Lei de Licitações, decide STF
Fachin declara Curitiba incompetente para julgar ações de Lula
Decisão de Fachin não evita julgamento da suspeição de Moro
Fachin indica adiamento de suspeição de Moro e pede decisão de Fux
2ª Turma do Supremo começa o julgamento de suspeição de Sergio Moro
Gilmar e Lewandowski votam por considerar Moro suspeito
Revisão de critério para cobrar IPTU só incide para imposto futuro
PGR pede que Supremo reconsidere suspensão de ações civis públicas
Cabe honorário em exceção de pré-executividade que não extingue ação

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2021-mar-13/anulacao-processos-lula-suspeicao-moro-foram-destaque/>